

## **Educação Bilingue: Experiência Cabo-verdiana nos Estados Unidos.**

Viriato de Barros

### *Sumário:*

*Como surge e em que consiste o Sistema de Educação Bilingue nos Estados Unidos. A fundamentação didático-pedagógica da sua adopção nas escolas frequentadas por filhos de imigrantes. Os problemas de ajustamento enfrentados pelos estudantes filhos de imigrantes recentes. Efeitos da barreira linguística e dos problemas de comunicação na auto-estima dos estudantes e no insucesso escolar. Paralelo com o caso dos filhos de imigrantes cabo-verdianos em Portugal e diferenças entre as duas situações. A problemática da estandardização do crioulo cabo-verdiano e da sua adopção como língua de ensino nas escolas cabo-verdianas e como língua oficial de Cabo Verde e o lugar da língua portuguesa.*

Trago para estas aulas, que encaro como um meio de transmissão e troca de experiências e dados de análise, e sobretudo como meio de os pôr em discussão, confrontando-os assim como formas diferentes de perspectivar e equacionar os problemas em análise. Penso que poderemos desta forma minimizar os efeitos de uma percepção demasiado subjectiva dessas questões.

Hoje venho aqui analisar convosco algumas questões suscitadas pelo programa que nos Estados Unidos se designa como Educação Bilingue. O sistema de Educação Bilingue foi introduzido nos Estados Unidos há três décadas como parte de uma estratégia didático-pedagógica no processo de ensino-aprendizagem dos filhos de imigrantes e numa perspectiva mais ampla de educação dentro do sistema educativo do país receptor. É fácil de conceber as dificuldades por que tem de passar uma criança, deslocada do seu país de origem, do seu meio, da sua língua, sua cultura, "sua gente" "seu povo" para outro país, onde se fala outra língua, que ela não compreende, na fala, em que não escreve, onde vai conviver com outras crianças e adultos, incluindo os seus professores, desconhecidos, portadores de uma cultura muito diferente. Começando pelos seus próprios condiscípulos, que olham para eles como se fossem mentalmente destituídos, como seres menos inteligente, e acabando nos professores e na restante população escolar, cujo limiar de paciência e tolerância se esgota a maior parte das vezes no esforço suplementar a que esses alunos obrigam, tudo contribui para que a auto-estima dessas crianças e adolescentes seja seriamente afectada e o desânimo se instale nelas muitas vezes. Felizmente a capacidade das crianças para assimilarem uma nova língua é extraordinária e elas acabam, por um processo espontâneo de imersão na nova língua, por ultrapassar essas dificuldades e entrar, com o tempo, num ritmo normal de aprendizagem. Mas as marcas negativas deixadas por essa integração forçada são demasiado profundas para serem subestimadas e justificam a introdução do sistema bilingue e a luta travada pelos imigrantes para o manter. A consciência do efeito traumatizante dessa experiência e das agressões à auto-estima por que passam tais crianças, que não compreendem a língua dos seus pares, nem dos professores e auxiliares

educativos que os acompanham nos intervalos, levou alguns responsáveis pela sua educação na comunidade imigrante a procurar um sistema que ajudasse essas crianças a fazer a transição ou a adaptação de uma forma mais adequada e natural.

A Educação Bilingue consiste essencialmente em permitir aos alunos filhos de imigrantes recentes a aprendizagem das matérias que constituem os programas de ensino em vigor nas diferentes zonas ou estados do país na sua própria língua de origem, enquanto simultaneamente vão aprendendo a língua do país de acolhimento, com as respectivas componentes culturais. Na região da Nova Inglaterra, zona de maior concentração de imigrantes cabo-verdianos, a Educação Bilingue é dirigida predominantemente a imigrantes de língua espanhola, portuguesa e cabo-verdiana, já que são estes os grupos étnicos predominantes naquela região: cabo-verdianos, hispânicos ( porto-riquenhos em grande parte) e portugueses.

O Sistema de Educação Bilingue nos Estados Unidos tem sobrevivido aos frequentes ataques de que vem sendo alvo da parte daqueles que acham que ele apenas contribui para dificultar e atrasar o processo de integração dos filhos de imigrantes na sociedade americana e a aprendizagem da língua inglesa, que é e pretende-se que continue a ser a língua oficial dos Estados Unidos, língua que não pode naturalmente dissociar-se da cultura a que esta ligada. Há cerca de dois anos, por exemplo, o New Bedford Standard Times noticiava que um magnate californiano tinha lançado uma campanha no sentido de ser feita uma votação sobre a questão que, a resultar, iria desmantelar o sistema bilingue que há cerca de trinta anos vigora no Estado de Massachussets. Um dos impulsionadores dessa campanha, que era director de uma escola secundária de Chelsea, no mesmo estado, argumentava que ele próprio mal sabia falar inglês quando emigrou de Cuba para os Estados Unidos e que tinha entrado para uma escola pré-primária normal, onde no fim do mesmo ano escolar já falava e escrevia inglês fluentemente, concluindo que as classe bilingues podiam impedir os alunos de aprender o inglês.

Os defensores do sistema de Educação Bilingue pensam de maneira totalmente diferente. Por exemplo, Linda Caswell, doutorada em Language and Literarcy Program pela Harvard Graduate School of Education, num trabalho apresentado conjuntamente com Isabel Pina-Britt, professora do ensino pré-primário do programa bilingue cabo-verdiano das Escolas Públicas de Boston, acha que há vantagens em promover o uso da língua nativa das crianças por duas razões que considera fundamentais. A primeira tem a ver com o sucesso escolar. Para aprender a ler e a escrever, as crianças devem ser capazes de reconhecer e distinguir os sons de uma língua. Caswell lembra-nos que esta, porém, é uma aptidão difícil de dominar numa língua que não falamos. Segundo esta investigadora, é portanto lógico que as crianças aprendem de preferência a ler e a escrever na língua que falam e entendem, em vez de tentarem ler e escrever e ao mesmo tempo aprender uma nova língua. Aprender a ler e escrever, lembra ainda Caswell, é uma aptidão, um "skill", transferível, e as crianças que aprendem na sua própria língua primeiro, enquanto vão aprendendo a língua inglesa, devem ser capazes de transferir mais tarde as suas capacidades ler e escrever para o inglês. A mesma investigadora recorda-nos que quando aprendemos a ler, dependemos

do nosso conhecimento da língua falada para nos ajudar a decifrar palavras desconhecidas e formar sentido a partir das palavras contidas na página do livro. As crianças com uma capacidade limitada em inglês falado e com um conhecimento limitado do vocabulário inglês terão certamente mais dificuldade em aprender a ler e a escrever em inglês. Linda Caswell conclui assim que ler e escrever são a chave do sucesso escolar.

Uma segunda razão, segundo esta investigadora, porque acha ser de ser importância crucial a educação bilíngue é que os estudantes que mantêm uma ligação com a sua cultura e a sua língua de origem são susceptíveis de ter mais auto-estima e menos confusão relativamente à sua identidade cultural e poderão igualmente assim comunicar melhor com os seus pais. Se a língua que ele fala em casa é valorizada na escola como “um recurso positivo” as crianças não se envergonharão da sua língua e da sua cultura como acontece com os estudantes na fase de aprendizagem da língua inglesa nas aulas dadas exclusivamente em inglês. Linda Caswell baseia as suas conclusões na sua experiência na África Ocidental, onde o multilinguismo é norma, e na sua própria experiência na aprendizagem de línguas nesse contexto, bem como no seu trabalho com estudantes bilíngues nos Estados Unidos.

Não há dúvida que o sistema de educação bilíngue cria nas aulas uma atmosfera comunicativa em que os estudantes se sentem à vontade, uma vez perdida a inibição própria de quem se sente num meio estranho à sua cultura e à sua língua. Naturalmente o conhecimento da língua é o primeiro factor dessa desinibição, e com a língua integram-se automaticamente os outros factores da sua identidade. Sente-se em casa, no seu terreno, e a partir daí tudo funciona normalmente.

No caso cabo-verdiano a questão complica-se quando se depara ao estudante imigrante o problema de transferir a alternância linguística que fez parte da sua comunicação diária no seu país de origem entre o crioulo, que é a sua língua materna *de facto*, a língua que ele habitualmente fala, e a língua portuguesa, que é a língua oficial de Cabo Verde, a língua utilizada em situações mais formais, ou situações em que convencionalmente sempre se adoptou o português como língua de comunicação. Mas a complicação resulta de uma falta de definição ou de concertação, ou possivelmente até de acordo quanto ao lugar da língua ou do crioulo cabo-verdiano como língua de aprendizagem e mesmo, como primeira língua desde o início da escolarização, e como língua de alfabetização tanto no contexto de iniciação escolar dentro do sistema formal com do informal. Enquanto os responsáveis pela introdução e manutenção do sistema bilíngue junto das comunidades imigrantes cabo-verdianas nos Estados Unidos parecem estar todos de acordo quanto à adopção do crioulo cabo-verdiano como língua de aprendizagem intermediária para os filhos de imigrantes dentro do sistema educativo americano, a ideia da adopção do crioulo como primeira língua em Cabo Verde, ainda que defendida por alguns, está longe de ser pacífica ou consensual. O debate prossegue e há ainda imensa dificuldade em discutir a questão numa base objectiva, científica e racional, já que a sua discussão resvala inevitavelmente para o plano das implicações ideológicas de cada uma das opções ou de preconceitos gerados em contextos históricos diferentes, pairando-se a meio caminho entre posições extremas e aparentemente irreduzíveis. Enquanto não se conseguir superar os preconceitos ou mesmo radicalismos de fundo etnocêntrico,

será difícil chegar a uma síntese.

Como era inevitável um país pluri-insular, constituído por nove ilhas habitadas, o crioulo, ou a língua cabo-verdiana, assumiu ao longo da sua evolução variantes bem distintas umas das outras, e cada ilha tem a sua forma própria de falar, podendo agrupar-se em dois grandes grupos diferenciados, tendo cada grupo mais afinidades linguísticas entre si: o grupo de Barlavento e o grupo de Sotavento. Estes dois grupos correspondem também à classificação geográfica tradicional dos dois grupos de ilhas que constituem o arquipélago de Cabo Verde e que correspondem respectivamente às ilhas situadas ao Norte e às ilhas situadas ao Sul.

Ainda que variando entre si, sobretudo na cadência e entoação das frases, mas também na acentuação e grau de abertura das vogais, etc., as variantes faladas em Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Boa Vista e Sal são mais semelhantes entre si, acontecendo o mesmo com As ilhas de Maio, Fogo, Santiago e Brava.

Essa diferenciação levanta o problema da escolha de uma das variantes para efeitos de padronização e adopção como primeira língua de ensino nas escolas ou como língua oficial de pleno direito em Cabo Verde. Graças à notável contribuição dos linguistas cabo-verdianos Manuel Veiga, Tomé Varela e Inês Brito, entre outros, foi possível fazer um estudo mais aprofundado da variante da ilha de Santiago, com a elaboração de uma gramática e adopção de um alfabeto, na concepção da qual se optou por um critério fonológico, afastando-se da solução etimológica, alfabeto que recebeu a designação de ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo). Apesar da resistência de muitos sobretudo partindo de uma posição talvez excessivamente regionalista, tanto o ALUPEC, como a gramática da língua cabo-verdiana, de Manuel Veiga, impuseram-se sobretudo junto da comunidade escolar bilingue cabo-verdiana nos Estados Unidos e tendem a instituir-se definitivamente.

Não é por acaso que a questão linguística assume um importância tão grande e se torne tão difícil uma discussão que se desejaria menos emotiva, mais objectiva do problema da standardização de uma das variantes do crioulo cabo-verdiano em Cabo Verde e nas comunidades emigrantes cabo-verdianas.

Interessante, a propósito, a entrevista de Manuel da Luz Gonçalves a Manuel Veiga, publicada na revista Cimboa, Revista Cabo-verdiana de Letras, Artes e Estudos, editada pelo Consulado de Cabo Verde em Bóston, sob o título "Sobri ALUPEC" (Cimboa, Nº2, Ano 2 – Primavera 1997), da qual destaco a seguinte passagem:

*M. da Luz: Kal é medu país/sociedadei tem di pô kriolu na papel oficialmente? Ta parse-m ma gentis krê ka krê... Ten un sértu reseiu...*

*M. Veiga: Bu sabi ma kriolu na Kabu Verdi ten se stória tanbe. Nós sempre na Kabu Verdi nu xinadu, inklusivamente na skola, na tudo situason, ma kriolu ka era língua, ma língua é Portugês. Anton kria un mentalidade ki ta atxa kuma língua ku gramátika é Portugês y si dja tem língua ku gramática na Português na Kabu Verdi pakê nu mêsti tem un oto língua, invisti na uno tu língua ... tem txeu oto algen ki ta fla ma nu ka podi invisti na Kriolu y dexa gentis ta móre di fomi. Nton, pa kel li tanbe, nu podi tinha un rasiosínio idêntico pa independência. Nu podi flaba: "Ka nu toma independência; nu fika ku Portugal pamodi é mas kómudu. Nu fika dipendenti*

*pamódi é mas kómudu.”*

Traduzo:

M. da Luz: Qual é o medo que o país/sociedade tem de tornar o crioulo a língua oficial? Parece-me que as pessoas querem e não querem... têm um certo receio...

M. Veiga: Sabes que o crioulo em Cabo Verde tem também a sua história. Sempre nos ensinaram em Cabo Verde, inclusivamente nas escolas, em todas as situações, que o crioulo não era língua, que o português é que é língua. Criou-se então a mentalidade segundo a qual se acha que a língua que tem uma gramática é a língua portuguesa e se já há uma língua com gramática em Cabo Verde que é a língua portuguesa para que precisamos de ter outra língua, investir noutra língua?... Há muitas outras pessoas que acham que nós não podemos investir no crioulo e deixar pessoas a morrer à fome. Então, pela mesma razão, podíamos ter um raciocínio idêntico em relação à independência; fiquemos com Portugal, porque é mais cómodo. Fiquemos dependentes porque é mais cómodo.”

Porquê esta hesitação “krê ka krê” (quer, não quer)? Hesitação ou divergência de opiniões? Hesitação ou dúvidas? Hesitação ou divergência de pontos de vista, de ângulos de visão do mesmo problema?

Possivelmente falta uma discussão objectiva e exaustiva de uma questão que não me parece tão simples.

Ao transpormos o problema para o da adaptação dos filhos de imigrantes cabo-verdianos dentro do sistema escolar português deparam-se-nos problemas que, conquanto semelhantes em muitos aspectos assumem por outro lado características próprias que nos levam a equacioná-los de maneira diferente da forma como a questão é tratada nos Estados Unidos e das soluções aí propostas. Primeiro porque os filhos dos imigrantes cabo-verdianos ao entrarem para as escolas portuguesas encontram-se perante um problema de comunicação diferente: têm de comunicar numa língua que compreendem, mas na qual não conseguem expressar-se ou se exprimem muito mal. Falam entre si com conterrâneos seus que frequentam a mesma escola na mesma língua em que falam em casa e com os vizinhos também da sua terra. Vão utilizando simultaneamente as duas línguas, o crioulo e o português, e com o tempo acabam naturalmente por dominar a língua do país de acolhimento, sem no entanto deixar de utilizar em família e com os seus conterrâneos a sua língua de origem, o crioulo, muitas vezes com interferências recíprocas, e servindo-se da sua língua em determinadas circunstâncias como código secreto de comunicação com os seus pares étnicos, códigos a que em muitos casos aderem pares do seu país de acolhimento com os quais desenvolvem alianças. Há muitas crianças nas escolas portuguesas com uma incidência maior de frequência de alunos cabo-verdianos que falam crioulo fluentemente.

O problema põe-se sobretudo numa fase inicial de transição em que as dificuldades dos alunos filhos de imigrantes cabo-verdianos em se exprimem em português interfere seriamente no seu processo de aprendizagem, diria melhor, de ensino-aprendizagem, pois os ensinantes encontram sérias dificuldades em comunicar com estes alunos. O grau de insucesso escolar nestas condições é

extremamente elevado, e os efeitos tanto na auto-estima dos alunos como na percepção que os seus pares de acolhimento têm dos mesmos são graves, pois tanto podem ter consequências atrofiantes nestas crianças, como são susceptíveis de gerar nelas uma agressividade defensiva que os leva muitas vezes a procurar “compensação” noutros domínios através de comportamentos desviantes que se manifestam sobretudo através do que habitualmente se chama currículo oculto. Naturalmente há outros factores na origem do insucesso escolar destes alunos que têm a ver com a precariedade das condições sociais em que vivem. É claro que as crianças que vivem em melhores condições sociais e que desfrutam da vantagem de um acompanhamento em casa por parte dos pais ou outros familiares em melhor posição de lho prestar estão predispostas a ter um melhor rendimento escolar. Mas as dificuldades destes estudantes são agravadas pelo facto de terem de comunicar numa língua que, embora lhe seja relativamente familiar, com a qual, digamos, coabita a paredes-meias mas que na realidade domina muito mal quando tem de comunicar nela.

Nos Estados Unidos os estudantes filhos de imigrantes têm de lidar com uma língua que desconhecem totalmente (nem a compreendem, nem a falam), e por isso mesmo essa língua é-lhes ensinada segundo uma metodologia utilizada na aprendizagem de uma língua estrangeira, ou *English as a Second Language*. Em relação aos filhos dos emigrantes cabo-verdianos em Portugal, por se assumir que a língua portuguesa é também a sua língua, a metodologia empregada é precisamente a mesma que se utiliza para os estudantes portugueses. E aí é que as coisas parecem complicar-se.

Não podemos analisar estas questões sem levantar uma outra, à qual honestamente teremos de associá-la, que é a de se definir o conceito de imigrante, quanto se fala aqui de imigrantes cabo-verdianos. Porque todas estas questões aqui levantadas naturalmente não se põem da mesma forma em relação a filhos de cabo-verdianos oriundos de um extracto social a que poderíamos chamar economicamente mais desafogado residentes em Portugal. Nesta conformidade começa a parecer-nos que determinados problemas e dificuldades de inserção do imigrante na sociedade do país de acolhimento são apenas a ponta de um iceberg abaixo da qual se oculta uma questão muito maior que não cabe no âmbito desta aula apreciar mas a cuja discussão não podemos fugir. Deixo-vos aqui mais este desafio.

#### Bibliografia:

Baptista, Marlyse, Cape Verdean (Under)Representation in Bilingual Education at Stake, *Cimboa, Revista Cabo-verdiana de Letras, Artes e Estudos*, Consulado de Cabo Verde em Boston, 1996.

Caswell, Linda & Pina-Britt, Isabel, The Importance of Using Cape Verdean Creole in the Classroom. *Cimboa, Revista Cabo-verdiana de Letras, Artes e Estudos*, Consulado de Cabo Verde em Bóston, 1998.

Gonsalves, Georgette, Política Linguística e Educação Bilingue: O Caso dos Cabo-verdianos, *Revista da Escola Superior de Educação de Setúbal. Ano 7. Nº 2*, 1995.

Lopes da Silva, Baltazar, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, 1954.

Macedo, Donald, *A Linguistic Approach to Capeverdean Language*. Ed. D.

Dissertation, Boston University, 1979.

Veiga, Manuel, *Diskrison Strutural di Língua Kabuverdianu*. Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia, Cabo Verde, 1980.

Veiga, Manuel, *Introdução à Gramática do Crioulo*, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia, Cabo Verde, 1995.

